

---

# NOS TERMOS DE SUAS BENFEITORAS: ENCONTROS ENTRE TRABALHADORAS E AS SENHORAS DA SOCIEDADE DE BENEFICÊNCIA, BUENOS AIRES, 1852 - 1870.\*

Valeria Pita\*\*

**Resumo:** Este trabalho enfoca um denso universo de relações estabelecidas entre as sócias da Sociedade de Beneficência de Buenos Aires e um variado grupo de mulheres vinculadas ao mundo do trabalho urbano que foram, em algum momento, identificadas como suas tuteladas, entre 1852 e 1870. Através de fontes judiciais, documentação oficial da própria Sociedade de Beneficência, e de cartas e pedidos dirigidos à Sociedade por parte de trabalhadoras em busca de ajuda econômica, busca-se reconsiderar alguns pressupostos da historiografia sobre beneficência, filantropia e caridade. Ao considerar estas práticas unicamente como formas de disciplinamento e controle social, esta produção acadêmica perdeu de vista os complexos encontros culturais que se davam entre mulheres diferentes sob o rótulo de “beneficência”. Neste registro, alguns conceitos, como o de virtude, foram fundamentais para viabilizar e modelar as relações de gênero e classe entre estas mulheres.

**Palavras chave:** Sociedade de Beneficência, Buenos Aires, tutela, mulheres, virtude, trabalho.

**Abstract:** This article focuses on the complex relationship established between the ladies of the Society of Beneficence of Buenos Aires and diverse groups of women connected to the worlds of labor, who became, at a certain point of their lives, under the protection of the Society, from 1852 to 1870. Through judicial sources, official writings of the Society of Beneficence, as well as letters and requests of economic support from women workers, this article engages on a dialogue with the historiography on beneficence, philanthropy and charity. By assuming that such practices were forms of social discipline, such historiography missed that what happened under the label of “beneficence” can be considered as complex cultural encounters. In this way, some concepts, such as virtue, were crucial to define the terms of class and gender relationships between those women.

**Keywords:** Charitable Society, Buenos Aires, tutelage, women, virtue, work.

“A luta simbólica adquire seu sentido somente dentro de um determinado equilíbrio de relações sociais”<sup>1</sup>

Terminava 1858 quando uma carta anônima chegou às mãos de uma das mulheres mais ricas de Buenos Aires. Alguém que sabia ler e escrever, mas que preferia manter seu nome oculto, pedia a ela que “fosse a uma casa onde encontraria uma mãe desgraçada, próxima a desaparecer e deixar na orfandade duas meninas pequenas cujo patrimônio seria

---

\* Tradução: Cristiana Schettini. Revisão: Fabiane Popinigis.

\*\* Docente e pesquisadora do Instituto Interdisciplinar de Estudios de Género, Universidade de Buenos Aires.

<sup>1</sup> THOMPSON, E.P.; *Costumes em Comum*. – São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.77

a indigência”.<sup>2</sup> Em poucos dias, a rica senhora “foi em pessoa” ao domicílio indicado, encontrando ali uma mulher muito doente, “que acabava de receber os sacramentos” e que, com suas últimas forças, não duvidou em expressar que “em meio de sua situação aflita, morreria consolada se a Senhora tomasse sob sua proteção a suas filhas”.<sup>3</sup>

Caso se desconheça a procedência deste relato, assim como a identidade e o papel que desempenhava a rica mulher que recebeu a carta anônima, poderia-se concluir que aquela cena era uma mostra a mais da ajuda cristã aos pobres que as mulheres das elites latino-americanas costumavam prestar, e das estratégias postas em prática por mulheres pobres em busca da ajuda. No entanto, este caso não é assim. A mulher que estava a ponto de morrer e a pessoa que redigiu a carta sobre seu caso não apelaram simplesmente a uma rica e piedosa senhora para que protegesse as meninas que em breve ficariam órfãs de mãe. Buscaram aquela que era a cabeça de uma agência do estado da província de Buenos Aires – responsável por dar forma às respostas oficiais em torno ao trabalho, educação, pobreza e doença em chave feminina – para que autorizasse a entrada das meninas em alguma das instituições que administrava.

Essa agência provincial era a Sociedade de beneficência e em 1858 tinha em sua dependência a *Casa de Expósitos*, o *Hospital General de Mujeres*, o *Hospital para Mujeres Dementes*, um asilo de órfãs, 14 escolas públicas para meninas na cidade e 42 na província de Buenos Aires. A mesma foi fundada em 1823 e desde então esteve inteiramente composta por mulheres da elite portenha. Diferente das associações filantrópicas ou de beneficência que surgiram ao longo do século XIX na Europa e nas Américas, esta tinha sido uma invenção do governo da província, do qual dependeu normativa e financeiramente até sua nacionalização em 1880.<sup>4</sup> Para o governo liberal que decretou sua instalação, tratava-se de tirar das mãos da Igreja o cuidado das crianças expostas, órfãs e a educação pública para meninas pobres, confiando-as a um grupo de mulheres da elite, filhas do ciclo revolucionário iniciado em 1810. Mas, para aquelas que integraram esta instituição, ela significou um passaporte para participar na construção da nova comunidade política surgida com o regime republicano. Primeiro como educadoras das meninas pobres e como curadoras de expostas

---

<sup>2</sup> Ata de Conselho, 16 de noviembre de 1858, Archivo General de la Nación, Sala VII, Sociedade de Beneficência, Administração Central, (daqui em diante AGN, SVII, SB, AC.) Tomo IV, F: 61.

<sup>3</sup> *ibid.*

<sup>4</sup> A partir de 1880, com a federalização de Buenos Aires, a Sociedade de Beneficência passou a depender normativa e financeiramente do estado central.

e órfãs e, a partir de 1852, quando um novo governo liberal tomou as rédeas do poder na província, como administradoras hospitalares, as integrantes da Sociedade de beneficência se assumiram como as tutoras por excelência das meninas e das trabalhadoras. Por isso, em fins de 1858, acharam que deveriam fazer todo o possível para que aquelas criaturas fossem remetidas ao asilo de órfãs a seu cargo, cobrindo a atenção médica e a alimentação do grupo familiar enquanto durou a agonia da “desgraçada mãe” – como rezava a carta anônima – e posteriormente, estabelecendo um complicado diálogo com o Defensor de Menores, que achava que as meninas deviam ficar com o pai.

Para essas ricas mulheres, construir os parâmetros de sua tutela implicou amparar as mulheres moribundas e seus filhos nos estabelecimentos a seu cargo. Mas, sobretudo, envolveu um complexo jogo de inclusões e exclusões, a partir do qual tentaram definir como as mulheres que não pertenciam à elite poderiam ser integradas à nação em amadurecimento. Em particular, buscaram relacionar-se com aquelas que deveriam viver do seu trabalho e que na maioria dos casos não tinham presenças masculinas nas suas vidas (ou não as queriam, como a mulher moribunda da história que abriu este artigo), pretendendo modelar sentidos de trabalho que envolviam certos níveis de autonomia, independência, laboriosidade e honestidade. Não obstante, suas intervenções e os contornos de seu programa de custódia nem foram entendidos por elas de maneira uniforme nem se consolidaram univocamente. E assim como foi frequente que outros agentes estatais assumissem que as funções tutelares dessas mulheres incluíam mais ou menos coisas do que o que elas estavam realmente dispostas a fazer, como no caso do Defensor que quis que as meninas ficassem com o pai, as trabalhadoras que entraram em contato com estas senhoras também resignificaram o papel público delas. Em algumas ocasiões, apelaram para diferentes noções de socorro e, em outras, geraram redes e estratégias retóricas que as permitiram escapar ou limitar aquilo que se buscava impor de cima para baixo, como também procuraram ir modelando os sentidos das intervenções das senhoras sobre suas vidas.

A historiografia sobre a beneficência, filantropia e caridade associou de maneira recorrente práticas como disciplinamento e controle social sobre os pobres com o reforço de papéis tradicionais de gênero, ou com o domínio da igreja católica sobre as e os

trabalhadores.<sup>5</sup> Apesar da vigência que essas interpretações têm entre uma grande parte dos historiadores, meu trabalho se afasta delas. Assumo que, em sua grande maioria, um excessivo peso analítico foi conferido às capacidades dos agentes estatais e das elites para influenciar os destinos dos setores subalternos. Foram descuidadas, assim, a possibilidade de compreender até que ponto as políticas de controle social e disciplinamento tornaram-se efetivas; as formas pelas quais os trabalhadores atravessaram, eludiram e reelaboraram a influência dos agentes do estado e das elites em suas vidas; e os outros significados, relações e conflitos que envolveram a todos estes atores sociais. Mas também perdeu-se de vista como dimensões de gênero e de classe estiveram presentes nas relações entre benfeitoras ricas e trabalhadoras pobres e como ambas, e de maneira singular em determinado tempo e lugar, modelaram práticas e discursos, fundaram diversas tensões e, ademais, recriaram diferentes margens de ação para as trabalhadoras pobres que apelaram para a beneficência oficial.

Este artigo toma o período que vai de 1852 a 1870, ou seja, desde a derrubada do regime de Juan Manuel de Rosas, e o começo do complexo e sinuoso processo de unificação política do território argentino, até o começo da década de 1870. Durante estes anos, a republicana cidade de Buenos Aires e seus habitantes atravessaram uma série de mudanças que foram modificando suas antigas características. Nestas décadas, a cidade se consolidou como a mais rica do território graças a seu porto, ao comércio e às rendas aduaneiras. Foi também a mais habitada, passando de 76.000 habitantes, em 1852, para mais de 200.000, em 1870. Simultaneamente, foi a mais cosmopolita, com uma variada composição de origens nacionais, cuja proporção alcançava 35,4%, já em 1855, e chegando a 49,6% do total de habitantes em 1869.<sup>6</sup>

Foi um tempo de encontros públicos e debates, entendidos por uma parte dos contemporâneos como o fermento de uma sociedade republicana e a argila com a qual se

---

<sup>5</sup> Ver: PASSANTE, María Inés. *Pobreza y acción social en la historia argentina. De la beneficencia a la acción social*. Buenos Aires: Humanitas, 1987; CIAFARDO, Eduardo. *Las damas de Beneficencia y la participación social de la mujeres en la ciudad de Buenos Aires, 1880-1920*. *Anuario IEHS*, Tandil, vol. 5, p.161-170, 1990; RECALDE, Héctor. *Beneficencia, asistencialismo estatal y previsión social*. Buenos Aires: Ceal, 1991; REQUIERE, Marisa. *Beneficencia y Asistencia Social: la política manicomial en Buenos Aires, 1880-1940*. *Alcméon*. Año XI, vol 9, N°2, p.169-194, octubre 2000; MORENO, José Luis (comp). *La política social antes de la política social. (Caridad, beneficencia y política social en Buenos Aires, siglos XVII a XX)*. Buenos Aires, Trama Editorial/ Prometeo Libros, 2000.

<sup>6</sup> DEVOTO, Fernando. *Historia de la Inmigración en la Argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2003, pp.201-246.

construía uma nação “civilizada”. Mas a intensa vida pública com seus tons republicanos e igualitaristas não era a única característica dessa sociedade. Também era nela que antigas relações e desigualdades sociais conviviam com outras novas. Enquanto uns poucos portenhos enriqueciam e substituíam os empobrecidos herdeiros das fortunas acumuladas durante a época colonial, novas categorias de trabalhadores eram empregadas nas empresas construtoras, nos serviços e transportes gerados pelo novo movimento comercial. Outra figura corrente na cidade era composta pelos trabalhadores e trabalhadoras *conchavadas*, isto é, pessoas livres que deveriam exhibir seus contratos de trabalho às autoridades policiais sob pena de ser presas como vagabundas. Este era o caso, por exemplo, das jovens serventes colocadas por ordem judicial nas residências da elite.

Naquela sociedade portenha, várias estratégias autônomas eram utilizadas para sobreviver, como trabalhos ocasionais, roubos de alimentos, prostituição ou mendicância, atividades cada vez mais ofensivas aos olhos das elites. Neste complexo cenário urbano, as integrantes da Sociedade de beneficência ganharam força, reforçando publicamente a idéia de que elas exerciam uma “maternidade civil e social”,<sup>7</sup> baseada nas prerrogativas que a tradição republicana lhes outorgava e nas “virtudes” do sexo e da posição social de suas integrantes. Estas prerrogativas, por sua vez, funcionavam como a confirmação de um *status* de cidadania cujo dever se assentava na preexistência de uma população marginal que requeria proteção, tutela e instrução.

Foi nessa cidade e nessa sociedade que tanto as trabalhadoras como também as meninas, as órfãs, as doentes e as viúvas empobrecidas foram consideradas como tuteladas, participantes presentes ou futuras da comunidade política que estava sendo gestada. No entanto, além das intenções e das intervenções das senhoras da Sociedade de beneficência, foi também naquela sociedade portenha que as trabalhadoras articularam diversas respostas frente à presença, o poder e os recursos daquelas outras mulheres. Assim, caladamente ou desafiando a autoridade das senhoras, tecendo complexos laços de relações ou aproveitando o que lhes era oferecido, elas se relacionaram com as integrantes da Sociedade sem por isso assumir como próprias suas idéias em relação ao trabalho ou à tutela. Pelo contrário, estas idéias foram utilizadas como estratégias e manobras que levaram adiante para garantir a própria sobrevivência.

---

<sup>7</sup> “Alocución de la Señora Presidenta de la Sociedad de Beneficencia”, *Los Debates*, 21 de abril de 1852.

Este trabalho busca se aproximar deste denso universo de relações, inclusões e exclusões, que foi o cenário de encontros e desencontros entre as senhoras e suas tuteladas, entre 1852 e 1870. Nosso objetivo é, então, não só evidenciar esta rica trama de relações, como também descrever e analisar algumas das tensões que a perpassavam.

O artigo está estruturado em três partes. Na primeira, a abordagem estabelece-se do lado das exclusões. Analisa, a partir de fontes judiciais, notas oficiais às autoridades, resenhas institucionais e registros das reuniões periódicas das integrantes da Sociedade de beneficência, as tensões e conflitos gerados em seu seio quando tiveram que travar relações com mulheres condenadas pela justiça que eram enviadas pelos juízes para cumprir penas nos estabelecimentos a seu cargo. Para as senhoras da beneficência, as condenadas não faziam parte nem do seu ideal de comunidade política nem da sua intenção de tutela. Pelo contrário, foram percebidas como presença ameaçadora ao se apropriar das noções de autonomia e independência concebidas para outras trabalhadoras que se relacionavam com a instituição. Esta posição permite discutir o pressuposto historiográfico que generaliza os sentidos da redenção das associações de filantropia e de beneficência em relação às “caídas”, e como para este fim investiam tempo e recursos para reencaminhá-las.

A segunda parte centra-se nas inclusões. Busca reconhecer quais intervenções as senhoras da beneficência oficial puseram em prática para se relacionar com as trabalhadoras e como atribuíram certas qualidades positivas ao trabalho feminino para, assim, exaltar a capacidade laboral dessas mulheres. Uma variedade de documentos permite aventurar-se neste universo de significações e intervenções por parte das senhoras, a partir de seus estatutos e relatórios, e até suas discussões. Torna-se possível, assim, abrir o interrogante em torno das razões que revestiam seu papel de tutela e como as senhoras o concebiam como uma prática que se diferenciava daquelas de cunho caritativo.

Por último, na terceira parte o foco está posto nas trabalhadoras que aspiravam a receber a ajuda econômica das senhoras da Beneficência oficial. As cartas e notas que elas escreveram ou que foram redigidas por terceiros com o objetivo de por em evidência sua honestidade, capacidade de trabalho, e as difíceis condições de vida que enfrentavam são os principais materiais empregados. Eles nos permitem vislumbrar os possíveis significados que estas mulheres atribuíam à tutela das senhoras, como se referiam às suas próprias vidas e, mais ainda, as estratégias que estabeleciam para se relacionar com suas possíveis benfeitoras.

## DE EXCLUSÕES E FUGAS

Em 1852, por determinação do governo da província, a Sociedade de beneficência teve que assumir a responsabilidade do único hospital para mulheres da cidade de Buenos Aires. Rapidamente as senhoras descobriram uma crua realidade: o hospital consistia em uns quantos quartos onde as doentes, dementes, inválidas ou vagabundas que estavam alojadas se encontravam quase desnudas, amontoadas e em um estado de “desasseio repugnante”.<sup>8</sup> Além disso, o funcionário administrativo que cuidava das contabilidades ficava com parte do dinheiro, o encarregado das sangrias não realizava seu trabalho, não havia médico nem boticário permanentes e quem terminava tendo que vigiar as internas eram – como anotou uma das senhoras – um grupo de rés sem nenhuma disposição “para a assistência caritativa”.<sup>9</sup>

Assim começou uma das relações mais problemáticas e incômodas para as senhoras que buscavam se reacomodar no cenário político portenho dirigindo uma instituição pública que, elas achavam, estava destinada a cuidar de uma população pobre que requeria atenção frente à doença, ou simplesmente um lugar para terminar seus dias. Assim, enquanto assumiam sua direção com o propósito explícito de “meditar sobre suas reformas” e incorporar “as inovações” que consideravam necessárias,<sup>10</sup> caíndo as paredes do velho edifício ou destituindo o contador e nomeando novas empregadas para cuidar das internas, começaram também uma série de negociações para tirar dali as condenadas judiciais. No entanto, descobriram que a tarefa não era simples, já que nem o governo forçava a expulsão das presas do hospital, nem o administrador da Cadeia aceitava recebê-las, argumentando não ter lugar para elas. Assim, apesar dos protestos das senhoras, as condenadas continuaram fazendo parte do hospital.

Por isso, em 1857, quando o Tribunal de Justiça ordenou que Brígida Rueda – uma jovem servente condenada por infanticídio – cumprisse sua pena de oito anos em um dos hospitais da sociedade, mais especificamente o de Mulheres Dementes,<sup>11</sup> as senhoras da

---

<sup>8</sup> Ata da Sociedade, 18 de junho de 1852, AGN, SVII, SB, AC, Tomo III, F:6

<sup>9</sup> Ata da Sociedade, 1 de setembro de 1852, AGN, SVII, SB, AC, Tomo III, F: 8.

<sup>10</sup> Ata de Sociedade, 31 de abril de 1852, AGN, SVII, SB, AC, Tomo III, F: 2.

<sup>11</sup> POZOS, José Ramón, “Nota a la Señora Presidenta de la Sociedad de Beneficencia”, 17 de julho de 1857, AGN, SVII, SB, Hospital Nacional de Alienadas (HNA), Legajo 218, Tomo I, F: 45.

beneficência tentaram se opor. Àquela altura já haviam tido um contato complicado e indesejado com mulheres condenadas e assumiam abertamente que aquelas mulheres, em sua maioria analfabetas, sem família e que haviam passado grande parte de suas vidas sem um trabalho fixo, “escandalosas” e que “alteravam a ordem com suas brigas”, eram uma presença indesejada nas instituições que administravam. Por sua vez, depois de anos solicitando sua retirada, as senhoras também reconheciam que entre elas e outros agentes estatais existiam diferentes critérios sobre os alcances de suas responsabilidades como custódias e tutoras, e sobre as funções das instituições públicas sob sua administração.

Tais diferenças também tornavam evidente a carência de uma proposta punitiva do governo bonaerense, que fizesse da penitenciária o eixo das políticas de privação da liberdade.<sup>12</sup> Mas ao mesmo tempo deixava claro que enviar as condenadas aos estabelecimentos administrados pela Sociedade era uma saída que os juízes estimavam ser conveniente, pois supunham que elas podiam trabalhar e assim deixar de ser carga ociosa para o Estado.<sup>13</sup> Deste modo, pensavam cumprir certas expectativas utilitaristas de reabilitação, entendendo que a religião, a disciplina e o trabalho estavam garantidos sob a guarda da Sociedade. Não obstante, o ingresso daquelas condenadas era sumamente enfadonho para as senhoras, principalmente porque as obrigava a se relacionar com mulheres que nada tinham a ver com as trabalhadoras pobres e honestas que se aproximavam solicitando seu “auxílio”. Além disso, como se queixavam com frequência, opunham resistência aos trabalhos encomendados e às normas estabelecidas, desafiando sua autoridade ou tentando achar uma maneira de fugir.

A postura das integrantes da Sociedade de beneficência em relação às condenadas dava conta, à diferença de outros grupos que surgiram no século XIX nas Américas e na Europa,<sup>14</sup> que para estas mulheres a função da agência a seu cargo não era a redenção das

---

<sup>12</sup> Sobre a história do castigo na Argentina, ver: CAIMARI, Lila. “Castigar civilizadamente. Rasgos de la modernización punitiva en la Argentina (1827-1930)”, em GAYOL, Sandra, KESSLER, Gabriel, *Violencias, delitos y justicias en la Argentina*, Buenos Aires: Manantial, 2002; CAIMARI, Lila. *Apenas un delincuente. Crimen, castigo y cultura en la Argentina, 1880-1955*, Buenos Aires: Siglo XXI, 2004.

<sup>13</sup> Em várias ocasiões foram apresentadas diferentes propostas para fazer trabalhar os presos da Cadeia Pública em diferentes empreendimentos. Por exemplo, em 1860, um particular propôs sustentar os presos, dando comida diária em troca de seu trabalho. Ver: AGN. Sala X, Estado de Buenos Aires, Expediente 18753, Legajo 199, 29-4-12.

<sup>14</sup> Sobre o papel das mulheres e a filantropia nas prisões do século XIX, ver: FREEDMAN, Estelle, *Their Sisters' Keepers. Women's Prison Reform in America, 1830-1930*, University of Michigan Press, Ann Arbor, 1981 e



“caídas”, a quem excluía diretamente de sua idéia de comunidade política, chegando ao ponto de recusar sua presença. Pelo contrário, elas propugnavam amparar ou tutelar só aquelas que mediante o trabalho honesto poderiam contribuir para a formação da nação. Neste sentido, as senhoras tinham uma fé incondicional na capacidade de trabalho das mulheres. Desde a fundação da agência, elas vinham promovendo o trabalho entre as mulheres pobres, entendendo que esta era uma via para não cair na indigência, no roubo ou na prostituição. Por isso, como tutoras, não hesitavam em promover o aprendizado de certos ofícios, como a costura, o bordado, a tipografia, ou o magistério como uma forma concreta a partir da qual poderiam ganhar a vida, especialmente aquelas mulheres que careciam de redes familiares que assumissem o seu sustento.

Simultaneamente, também tinham a certeza de que as condenadas careciam das “virtudes” que faziam de outras trabalhadoras participantes desta comunidade política em construção. Desta maneira, frente a qualquer conflito, fosse quando se relatavam brigas ou pequenos furtos, solicitavam sua remoção com base no argumento de que a finalidade dos hospitais não era servir de “penitenciária”,<sup>15</sup> e que a presença dessas “mulheres de má vontade”, “maus instintos e criminosa conduta” pervertiam a ordem e a calma das “desgraçadas” enfermas.<sup>16</sup>

Por estas razões, em 1857, quando chegou a notificação sobre a remessa da infanticida Rueda, elas se apressaram a solicitar que não fosse concretizada. Apelaram ao Tribunal e também ao governo da província, argumentando que a falta de pessoal de vigilância e as poucas seguranças que podiam oferecer para evitar sua fuga impediam aceitar a ordem. Mas a resposta estava selada na mesma nota, na qual se esclarecia que, ao não poder recebê-la naquele estabelecimento, a Sociedade estava facultada a dispor de outra das instituições sob sua responsabilidade para que Brígida Rueda cumprisse sua pena.

Apesar de terem sido obrigadas a receber Brígida Rueda no manicômio, não cederam em seu empenho de tirá-la dali. Tanto fizeram que, depois de seis meses, conseguiram que o

---

McCARTHY, Kathleen D., *American Creed: Philanthropy and the Rise of Civil Society, 1700–1865*. Chicago: University of Chicago Press. 2003.

<sup>15</sup> DE LAS CARRERAS, María y DORREGO DE MIRÓ, Felisa, “Nota a la Señora Presidenta de la Sociedad de Beneficencia”, 22 de julho de 1864, AGN, SVII, SB, HNA, Legajo 218, Tomo I, F: 107.

<sup>16</sup> Ata da Sociedade, 1 de setembro de 1852, AGN, SVII, SB, AC, Tomo III, F: 8.

Tribunal de Justiça ordenasse seu traslado para a prisão da cidade.<sup>17</sup> No entanto, quando chegou a notificação, algo havia ocorrido entre as senhoras e Brígida, porque, mesmo tendo em mãos a ordem para que o administrador da prisão efetuasse seu retiro, nunca reclamaram esta medida.

Parece que Brígida se acomodou às regras do lugar, revertendo em parte o conceito das senhoras da beneficência que rezava que as condenadas não serviam nem para o trabalho, nem “para a assistência caritativa”. Assim, todas as manhãs ela se levantava com as primeiras luzes do dia, sendo sua primeira tarefa “cuidar da limpeza do estabelecimento”,<sup>18</sup> já que o pessoal de limpeza era escasso e se encarregava das mulheres que ficavam nas celas por serem “violentas” ou “agitadas”. Diariamente, a jovem condenada e outras internas varriam o chão, arrumavam os quartos e realizavam seu asseio pessoal. Uma vez finalizada estas tarefas, reuniam-se no refeitório para tomar mate. Depois, algumas iam trabalhar no campo ou na lavanderia e muitas mais iam para a oficina de costura, onde costuravam camisas e cuecas para os soldados da província até às 11 da manhã. Voltavam então ao refeitório para almoçar, para em seguida retomar os trabalhos até as 17 horas, quando jantavam e rezavam antes que a luz do dia se apagasse.<sup>19</sup> Certamente, ainda que não fosse um espaço sem sobressaltos, gritos ou brigas, o hospício tinha uma rotina, comidas, abrigo e um regime interno ausente na cadeia.

Os anos no hospício parecem ter passado sem sobressaltos para a infanticida e também para as senhoras que iam se revezando na administração do lugar. No entanto, em agosto de 1862, após ter cumprido cinco anos de pena no manicômio, Brígida decidiu fugir e assim o fez.<sup>20</sup>

Seu caso, como o de outras mulheres que tiveram que cumprir penas e que, chegada a oportunidade, decidiram fugir, evidenciava que apesar de se ajustarem por um tempo aos requerimentos das instituições e receberem em troca os benefícios, que incluíam estar sob um teto, ter um prato de comida, um par de calçados e uns cigarros de vez em quando como

---

<sup>17</sup> POZOS, José Ramón, “Nota a la Señora Presidenta de la Sociedad de Beneficencia”, 7 de dezembro de 1857, AGN. SVII, SB, HNA, Legajo 218, Tomo I, F: 54.

<sup>18</sup> “La Convalecencia II”, *El Orden*, 7 de dezembro de 1855.

<sup>19</sup> “La Convalecencia”, ...*op. cit.*; “Revista de la Quincena”, en *Revista Médico Quirúrgica*, Año 1, n. 18, 23 de dezembro de 1864, pp. 315.

<sup>20</sup> “Expediente Criminal contra Brígida Rueda por haber fugado de la Convalecencia donde se hallaba cumpliendo una condena”, 1862, AGN. Sala X, Estado de Buenos Aires, Expediente 18702 ½, Legajo R- Nro.2, 29-5-2;

recompensa, não se sentiam obrigadas a ficar naquele lugar quando as condições mudavam ou quando a oportunidade de fuga aparecia. Talvez por isso as senhoras da beneficência nunca tenham confiado plenamente nessas mulheres. Menos ainda consideraram-nas suas tuteladas, tendo permanecido descrentes de que a instrução religiosa ou o trabalho regular, como pensavam vários juízes, pudessem redimir a estas mulheres acusadas de atos de “violência”. Apesar de tudo, nos anos que se seguiram, as senhoras continuaram recebendo condenadas nas instituições a seu cargo, o que definitivamente tiveram que aceitar, já que a Sociedade de beneficência fazia parte da engrenagem do Estado provincial e devia acatar as decisões dos juízes.

A desconfiança e o rechaço não foram exclusividade das senhoras: como vimos, uma e outra vez, as condenadas, embora se tenham integrado à dinâmica das instituições nas quais estavam reclusas trabalhando como serventes, cuidadoras das doentes e costureiras, não tinham dúvidas em fugir quando chegava o momento. Mas essa não foi a única saída. Em certas ocasiões, algumas simplesmente deixaram de acatar as ordens ou dedicaram-se a alvoroçar a rotina dos estabelecimentos. Essa foi a estratégia de Micaela Fernández, adulta condenada em 1864 por ter agredido outra mulher fisicamente, e cuja pena consistia em dois anos de serviço sob a responsabilidade da Sociedade de beneficência. Enviada por um juiz criminal ao manicômio, sua presença rapidamente inquietou as senhoras, que como de costume, haviam tentado impedir sua chegada. Segundo elas, o estabelecimento estava “alterado”, o que se notava no ânimo “das serventes e das próprias dementes”, que – segundo registravam – eram “instigadas” a desobedecer e a cometer “atos criminosos”.<sup>21</sup> No entanto, a resposta frente à denúncia das senhoras foi similar às outras. A condenada deveria permanecer no estabelecimento ou ser removida a outro sob a responsabilidade da própria Sociedade da Beneficência.

## DE INCLUSÕES E VIRTUDES

Enquanto as senhoras da beneficência rechaçavam ter que se vincular às condenadas por delitos criminais, buscavam fazê-lo com outras mulheres. Os estabelecimentos públicos

---

<sup>21</sup> Inspetoras da Convalecência, “Nota a la Señora Presidenta”, 4 de agosto de 1864, AGN. SVII, SB, AGN, Legajo 218, Tomo I, F: 109.

administrados por elas conformavam justamente os espaços em que entravam em contato com um heterogêneo conjunto de mulheres e meninas dos setores trabalhadores bonaerenses. Entre elas estavam professoras, crianças em idade escolar e suas mães, serventes e funcionárias dos estabelecimentos, as amas de leite que eram contratadas para a Casa de Expostos, órfãs do Colégio, aleijadas, anciãs sem família, viúvas e outras mulheres que, unidas pela pobreza, eram atendidas em hospitais que, ao longo do período, misturavam sentidos de assistência caridosa com sentidos de assistência médica. Este universo de contatos permitiu o reconhecimento de uma diversidade de circunstâncias e formas de vida que se distanciavam das que elas mesmas levavam, e simultaneamente, a redefinição, ao longo dos anos, dos contornos de seu programa de tutela.

Mas estes âmbitos que estavam constituídos por uma trama de situações como doenças, abandono ou distância – como no caso da grande maioria das escolas – e que passavam também por uma série de mediadores, como os médicos, as Irmãs de Caridade e os demais empregados, não eram os únicos. As senhoras tinham outra instância singular que estava inscrita em sua própria fundação, significada por elas como uma ponte para as trabalhadoras, e que ao longo dos anos reforçou sua ascendência social ao mesmo tempo em que conformou um espaço particular de ação para as próprias trabalhadoras. Esta foi a premiação anual de quatro mulheres argentinas que se destacavam como exemplos de Moral, Indústria, Amor Filial e Amor Fraternal.<sup>22</sup>

Os *Premios a la Virtud* tinham sido decretados pelo governo republicano da província pouco tempo depois da criação da Sociedade. Com eles buscava-se instaurar sentidos de trabalho, relações, instrução e moral entre as mulheres da classe trabalhadora. Esta era entendida como “moral pública”, que englobava uma série de princípios que deveriam reger a nova comunidade em amadurecimento em prol do “bem comum”.<sup>23</sup> Estes prêmios

---

<sup>22</sup> Ver: “Decreto fundando los premios da Sociedade de Beneficência de Buenos Aires, 1º de março de 1823”, *Documentación histórica de la Sociedad de Beneficencia, 1823-1909*. Buenos Aires: Imprenta y Casa Editora de Juan A. Alsina, 1909, pp. 8-9; “Reglamento para la adjudicación de premios”, 1º de maio de 1823, *op. cit.*, pp. 10-12; CORREA LUNA, Carlos, *Origen y desenvolvimiento de la Sociedad de Beneficencia*, Buenos Aires, Establecimiento Tipográfico M. Rodríguez Giles, 1913; *Historia de la Sociedad de Beneficencia*, Tomo I, Buenos Aires, Talleres Gráficos del Asilo de Huérfanos, 1926.

<sup>23</sup> Tal como demonstrou a historiadora Alejandra Vassallo, a decisão de instituir os quatro prêmios à virtude esteve pouco emparentada com os fundamentos da moral católica, como a historiografia remarcou. Pelo contrário, no seio de uma experiência governamental liberal e guiada pela adaptação vernácula da ideologia utilitarista de Benjamín Bentham, os prêmios buscavam estimular a instrução e o trabalho entre as mulheres, entendendo que deste modo se incrementava “a riqueza pública” ao transformar as mulheres do povo, como

consistiam numa soma de dinheiro que oscilou entre 500 e 1000 pesos no período abordado. Na década de 1860, 500 pesos equivaliam aproximadamente a três salários mensais para um trabalhador do comércio – a quem se provia casa e comida. Mas para uma costureira empregada numa oficina de bolsas, esta cifra podia significar quase uma fortuna, já que geralmente recebia apenas entre 60 centavos e 1,20 pesos por dia, somando por mês aproximadamente 60 pesos. Os montantes dos prêmios eram ainda mais significativos para aquelas viúvas de empregados estatais que deviam sobreviver com pensões de 30 pesos mensais.<sup>24</sup> Assim, o dinheiro dos prêmios podia representar muito para a sobrevivência, como reconheceu uma das integrantes da Sociedade em meio a uma discussão sobre os montantes combinados com o governo, indicando que, “mesmo que nos pareça pouco, são um grande alívio para uma mulher indigente”, mais ainda quando “o trabalho é sua única esperança”.<sup>25</sup>

Além da reapropriação dos sentidos fundadores por parte de diferentes gerações de mulheres que se integraram à Sociedade, a seleção das postulantes e a cerimônia de premiação se transformaram nas tarefas mais significativas para as senhoras. A cada ano saía o aviso nos diários portenhos de que se recebiam postulações aos prêmios, e uma comissão se dedicava plenamente ao trabalho de selecionar as futuras premiadas, que receberiam uma soma de dinheiro do governo da província. Claro que estas eram ocasiões para debate, não apenas porque as senhoras nem sempre estavam de acordo sobre quem deveria ser premiada, mas também porque era neste processo que se discutia e redefinia a partir de quais experiências mulheres não pertencentes à elite convertiam-se em participantes e contribuintes dessa comunidade política maior.

Em linhas gerais, assim como as senhoras assumiam que sua tutela amparava as doentes ou dementes que eram atendidas nos hospitais a seu cargo e as meninas e órfãs que aprendiam leitura, escritura, contas e um ofício com qual pudessem se desenvolver no futuro, também reforçavam a idéia de que as mulheres pobres podiam chegar a ser premiadas a partir da sua condição de trabalhadoras; particularmente, quando além de viver de seu trabalho sustentavam suas mães, irmãs e filhos, sendo o principal esteio do grupo.

---

trabalhadoras, nas “agentes principais da prosperidade do país”, ver: VASALLO, Alejandra. *Bordando virtud en la trama de la nación: la creación mujeres republicanas en Argentina, 1823-1880*, mimeo, 2005, pp.11.

<sup>24</sup> Congresso Nacional, Câmara de Deputados, *Diario de Sesiones*, 19° sesión ordinaria, 20 de julho de 1864.

<sup>25</sup> MENDEVILLE, María, “Nota a las Señoras de la Comisión Calificadora”, circa 1860; AGN. Entrepiso, SB, *Premios a la Virtud*, 1823-1900, Tomo I, Legajo 10.

Entendiam que essas mulheres se integravam à nação em construção ao contribuir diariamente com seu trabalho para o crescimento econômico e, sobretudo, ao instruir com seu próprio exemplo - como mães trabalhadoras – a futura força de trabalho.

Tudo aquilo era abertamente exposto na mesma cerimônia de entrega dos prêmios, que se realizava anualmente no fim do aniversário da Revolução de Maio de 1810, a primeira festa cívica instituída na Argentina, em homenagem ao momento inaugural da ruptura dos laços coloniais reivindicando o princípio da soberania do povo. Em meio aos festejos públicos que duravam vários dias, as senhoras montavam a cerimônia de premiação em algum dos principais teatros da cidade. Conhecedoras da importância dos rituais, elas a preparavam com detalhe, convidando as autoridades provinciais e nacionais, o próprio clero e um “nutrido público” que um ano depois do outro se reuniam para homenagear as quatro premiadas.

O cenário público dos Prêmios funcionava como uma dupla vitrine, através da qual as integrantes da Sociedade revelavam ao povo de Buenos Aires e a seus cidadãos ilustres as mulheres “virtuosas” que recebiam os aplausos dos congregados. Em tais ocasiões as sócias se ostentavam como as indicadas para descobrir as qualidades daquelas outras mulheres que, com seu trabalho e sacrifícios, contribuíam para a grandeza nacional.

A cada ano, o ato era iniciado com as estrofes do Hino Nacional cantadas pelo Coro do Colégio de Órfãs, continuava com os discursos das autoridades ali reunidas e, depois de que as argentinas eleitas subissem ao palco para receber seus prêmios, o evento era concluído com um último hino, também cantado pelas mesmas tuteladas. Uma das estrofes explicitava bem o que as senhoras entendiam ser as virtudes das premiadas:

Na indústria laboriosa vivendo, contra o vício um escudo procuram. Ou o sustento a sua prole asseguram, ou o sustento de sua amarga viuvez... E a mãe em suas filhas queridas, sua velhice raivosa descansa, elas são seu mais doce almejar.<sup>26</sup>

O Hino promovia e exaltava a capacidade de trabalho das mulheres, que em sua grande maioria se dedicavam a bordados ou confecção de roupas, trabalhando com suas mãos ou com uma máquina para manter suas famílias. Trabalhadoras, honestas e solidárias, estas mulheres, no olhar das senhoras e de seu canto transformavam-se em virtuosas, e

---

<sup>26</sup> ARANA, Alberto Meyer; *Las beneméritas de 1828*. Buenos Aires: Imprenta Gerónimo Pesce, 1923, 114-115.

como tais eram merecedoras de participar e ser festejadas como contribuintes do progresso nacional.

Nesse mundo harmônico de “virtudes domésticas”, que implicava o respeito às hierarquias sociais, à autoridade e aos valores de trabalho e honestidade, as órfãs, as doentes “desamparadas” ou as “aflitas” dementes que elas tutelavam eram incluídas, embora com limites, à vida pública. Também neste mundo fazia-se alusão, entre as mulheres, ao fortalecimento das relações filiais, numa perspectiva solidária, ressaltando seus papéis de mães que asseguravam o sustento de seus filhos e filhas e que trabalhavam até quando a velhice ou a doença as impediam de seguir.

A promoção destes vínculos bem podia ser compreendida como uma forma de evitar a indigência. Enviuar, envelhecer e carecer de laços familiares, para as mulheres, significaria atravessar sérias penúrias econômicas. As senhoras que, a cada ano, liam as solicitações para os prêmios e que percorriam as casas das postulantes, reconheciam a precária situação de muitas mulheres que, ao enviuar ou deixar o trabalho pela idade ou doença, mal sobreviviam quando não tinham filhas, filhos ou outros parentes que as sustentassem. Para aliviar em parte estas situações, desde 1855 as senhoras expandiram seu programa de tutela organizando um fundo especial que levou o nome de *Fondo de Pobres*. Seu objetivo era reunir dinheiro de doações e testamentos para entregar uma quantidade mensal ou excepcional de dinheiro àquelas mulheres.<sup>27</sup> Anos depois, decidiram que este Fundo não era suficiente e que era necessário melhorar a situação daquelas mulheres que, trabalhando com costura manual, atrasavam as entregas e recebiam parcas retribuições. Assim, começaram a promover a entrega de máquinas de costura. É importante ressaltar que o programa não as oferecia gratuitamente, mas as entregava como um adiantamento da compra, que depois era concretizada com o pagamento em parcelas. O adiantamento era financiado pelo *Fondo de Pobres*, que por sua vez funcionava como garantia frente à casa comercial que as importava da Alemanha.

Para as senhoras, entregar máquinas de costuras não era fazer caridade. Pelo contrário, tal como conceberam a idéia, tratava-se de diferenciar este projeto de outras práticas de cunho antigo em relação ao pobres. De certo modo, coincidiam com outros grupos filantrópicos portenhos, como os maçons, que nesse mesmo momento denunciavam

---

<sup>27</sup> Ata da Sociedadade, 18 de agosto de 1855, AGN, SVII, SB, AC, Tomo III, F: 58.

a caridade cristã como uma forma improdutiva e viciosa de ajuda, uma vez que não promovia o trabalho nem a honradez.<sup>28</sup> No entanto, isto não significava que as senhoras deixassem de nomear suas ajudas ou auxílios às trabalhadoras como esmolas. Assim, continuaram empregando esta palavra para significar muito mais que a ajuda individual outorgada a um outro. Para elas, em todo caso, suas esmolas teriam outros significados, vinculados à idéia de aliviar as condições de vida das trabalhadoras ou de qualificar seu trabalho. Isto não só lhes permitia constituir-se como as tutoras daquelas trabalhadoras que as solicitavam, como definir e delimitar uma prática exercida a partir de uma instituição governamental da província de Buenos Aires. Por outro lado, e embora o conceito estivesse sendo submetido a debate em alguns círculos portenhos, a palavra esmola possuía uma conotação compartilhada por distintos setores da sociedade portenha.

Ambos projetos, como os prêmios e a administração dos estabelecimentos de “caridade pública”, como geralmente eram referidos, tornaram possível que, ao longo dos anos, as mulheres da Sociedade de beneficência fossem se consolidando como as principais conhecedoras das trabalhadoras e como as principais responsáveis pela resposta a diferentes problemas sociais.

Eram respostas a uma pergunta que percorria diversos grupos da elite: “Que fazer com os pobres?” Neste sentido, as senhoras argumentaram a partir das instituições e programas a seu cargo. Por um lado, fomentaram a instrução das meninas e jovens das famílias trabalhadoras argentinas, ensinando nas suas escolas não só noções de história, matemática, leitura e escrita, como também formando-as em diversos ofícios além das costuras, com a intenção de que no futuro pudessem integrar-se ao mercado laboral. Já as órfãs foram instruídas não só naqueles ofícios, tendo também podido optar pelo magistério, telegrafia e tipografia, que segundo essas ricas mulheres, propiciavam melhores possibilidades para aquelas que não podiam contar com a ajuda nem o apoio de um grupo familiar; por outro lado, as senhoras da Sociedade impulsionaram o trabalho das mulheres, atribuindo uma série de significações positivas a ele, e postulando a laboriosidade, a honestidade e a solidariedade entre as integrantes de uma mesma família como a chave para sobreviver num mundo sem presenças masculinas.

---

<sup>28</sup> PITA, Valeria, *De la plaza republicana al hospicio*, mimeo, 2008.



Nesse mundo de viúvas, solteiras, irmãs e órfãs, as senhoras reforçaram os sentidos tutelares e maternalistas de suas práticas, mas simultaneamente estimularam a capacidade das mulheres de sobreviver de maneira autônoma e independente através de seu trabalho honrado. No entanto, como se analisa a seguir, suas intervenções foram ressignificadas de diferentes modos por parte daquelas a que se destinavam. Assim, as trabalhadoras portenhas recriaram uma diversidade de ações e estratégias que tenderam a delimitar os marcos da tutela das senhoras, tal como se pode vislumbrar quando aparecem as experiências das próprias mulheres, através de suas palavras e das pessoas próximas a elas.

### “¡QUE QUADRO TÃO DESGARRADOR Y AFLITO!” OU AS ESTRATÉGIAS DAS TRABALHADORAS PORTENHAS

No verão de 1858, Justina Nieves apresentou uma petição para receber uma “mensalidade”. Sabia que tinha que ser suficientemente explícita para que a mesma fosse levada em consideração. Ela era viúva há nove anos e desde então havia trabalhado para educar e sustentar seus dois filhos menores e a sua mãe septuagenária. No entanto, uma cruel doença a acometera e, como consequência, uma de suas pernas foi amputada. Não era a primeira vez que recorria às senhoras da beneficência. Alguns anos antes, “ganhara o prêmio maior” e, embora tivesse se apresentado duas vezes mais, só havia recebido “um pequeno auxílio”, pois, como as senhoras disseram, era difícil que os prêmios fossem dados mais de uma vez a uma mesma pessoa. Sua situação não havia melhorado nos últimos tempos. Por isso decidiu postular-se a uma das pensões outorgadas às mulheres que não podiam viver de seu trabalho.

Como nas petições anteriores, Justina dirigiu seu escrito à Senhora Presidente. Não sabia seu nome, porque a cada ano era uma mulher diferente, mas desconhecê-lo não devia ser um impecilho. No entanto, depois de levar sua nota ao Colégio de Órfãs, onde se reunia a Sociedade para suas assembléias, achou necessário escrever uma segunda carta. Desta vez, dirigiu-se a uma senhora que conhecia desde que ganhara seu prêmio, pedindo que intercedesse a seu favor perante o Juiz de Paz para que expedisse um certificado de pobreza, e, sobretudo, perante o resto da Sociedade para que sua solicitação prosperasse. Justina havia meditado durante dias sobre como deveria escrever a nota, decidindo então por começá-la nos seguintes termos: “Entre as instituições que honram altamente a humanidade

e da qual pode lisongear-se um povo civilizado é seguramente, uma delas, a ‘Sociedade de beneficência’.”<sup>29</sup>

Esta introdução associava a agência provincial e seus programas a uma sociedade civilizada e baseada em fins altruístas. Essas eram mais ou menos as palavras que ela mesma havia ouvido durante a cerimônia em que foi premiada, talvez da boca da senhora que a presidia naquele dia ou de algumas das pessoas ilustres que haviam discursado. Sua nota continuava com uma descrição mais detalhada da Sociedade, que foi definida como “o apoio e sustento da virtude [é] o único amparo da desgraça e da indigência”, portando-se com as mulheres e outros pobres argentinos como como uma “mãe carinhosa” que recolhia os “desvalidos” e os órfãos necessitados de proteção. Era evidente que Justina conhecia o que promoviam as senhoras sobre si mesmas como integrantes da Sociedade, e chegada a hora soube empregar estes mesmos argumentos para buscar um benefício que lhe permitiria viver, ou pelo menos sobreviver, em melhores condições.

Continuou seu pedido estabelecendo uma relação entre sua própria situação de carências e compromissos com seus filhos e com sua mãe “pobre e enferma”, finalizando a nota com uma última frase que, provavelmente também muito meditada, situava as senhoras da Sociedade no centro da situação, sugerindo a dimensão comovente e sensibilizadora que deveria ter para elas o contato com a pobreza, ao expressar abertamente: “Que quadro tão desgarrador e aflito! Que espetáculo tão comovente para um coração humanitário e filantrópico”.

Nos anos 1850 e 1860, não foram poucas as trabalhadoras que, como Justina, gestionaram diferentes pedidos para a Sociedade de beneficência. Tampouco ela foi a única que compreendeu as fórmulas e conceitos que as senhoras esperavam ler nessas petições e muito menos foi a única que descreveu uma mostra das penúrias com a intenção de se fazer escutar frente a estas poderosas mulheres.

Ano após ano, os *Premios a la Virtud* mobilizavam um setor das trabalhadoras que viviam na cidade de Buenos Aires, que estavam a cargo de seus filhos, mães ou irmãs e que sobreviviam pobremente de seu trabalho, com o objetivo de ser selecionadas para, como expressou Justina, receber o “prêmio maior”. Embora ao longo do período o valor dos

---

<sup>29</sup> NIEVES DE ESPÍNDOLA, Justina, “Nota a la Señora Presidenta de la Sociedad de Beneficencia”, AGN, Entrepiso, SB, *Premios a la Virtud*, Legajo 10, F: 108.

quatro prêmios tenha variado, para aquelas que ganhavam centavos ou poucos pesos por longas jornadas bordando ou costurando, algumas centenas de pesos podiam efetivamente significar um alívio.<sup>30</sup>

Por isso, frente à possibilidade de ter ao menos um alívio temporário, muitas das trabalhadoras portenhas que aspiravam a um dos quatro prêmios reconheceram que não se tratava apenas de apresentar uma solicitação, ou pedir a um terceiro que a redigisse, um padre ou um juiz de paz que soubesse escrever. Ao contrário, tratava-se de articular redes e angariar influências a favor de suas postulações, pondo em jogo seus conhecimentos, experiências prévias e capacidade como gestoras. Também se tratava de elaborar as razões que justificavam serem elas credoras dos prêmios, de conferir significados ao lugar que elas ocupavam naquela sociedade e, como fez Justina, de reconhecer os atributos que as mulheres que o outorgavam acreditavam ter.

Assim o fez Zenona Jennings, em 1861, quando apresentou sua postulação. Tinha então 37 anos, uma doença crônica, nenhuma família, exceto sua mãe inválida, e mais de 24 anos trabalhando para se manter. Aos 13 anos começara a ensinar as primeiras letras a um grupinho de meninos e meninas no bairro de Balvanera, além de ajudar seu pai no ofício de sapateiro sentada no “banquinho”, como recordava um de seus avalistas. A doença do pai levou-a a interromper as aulas e a dedicar-se ao conserto de sapatos até que o pai falecesse, quando passou a realizar trabalhos de costura com os quais se sustentaria por mais de 15 anos.

Apesar de sua pobreza, falta de saúde e ausência de laços familiares, ela não carecia de conhecidos na cidade. Por isso, quando apareceram os avisos nos jornais sobre a abertura das postulações para os Prêmio à Virtude, e o boca a boca começou a funcionar, Zenona organizou sua apresentação.

Em poucos dias, percorrerá toda a cidade à procura de pessoas às quais pedia uma carta certificando o estado atual de sua situação financeira e o reconhecimento público sobre sua vida e virtudes. Foi até o extremo sul da cidade, ao Paso de Burgos – uma trilha de carroças e carretas que percorria a planta urbana -, para buscar uma carta de um velho conhecido da família. Também contactara um influente político portenho e médico próximo

---

<sup>30</sup> O valor dos quatro prêmios variava anualmente de acordo com autorização do governo. Em 1860, por exemplo, foi de 400 pesos, ver: Ata da Sociedade, 20 de maio de 1860, SVII, SB, AC Tomo IV, F: 148. Mas, em 1861, o mesmo ascendeu a 500 pesos, Ata da Sociedade, 26 de maio de 1861, SVII, SB, AC Tomo IV, F: 200.

às senhoras da beneficência, que nos anos 1930 havia atendido seu pai gratuitamente e nos anos seguintes também a atenderae à sua mãe. Além disso, tratou com outro vizinho ilustre, que conhecendo-a por 15 anos, deu fé de sua conduta impecável.

Tendo em mãos as cartas daquelas três pessoas, escreveu a sua própria, relatando sua situação e pedindo inclusão no Prêmio à Indústria ou no do Amor. Como em tantas outras solicitações, não duvidou na hora de escrever “clamo e suplico às Beneméritas Senhoras que façam o favor de admitir minha solicitação”, reconhecendo que suas forças estavam “esgotadas pelo trabalho e as privações”, e que por tais motivos apresentava seu caso. Finalizava o pedido esclarecendo que em sua vida não havia feito outra coisa que “cumprir a tarefa que eu chamo de meu dever como filha e como senhora”.<sup>31</sup> Conjugando assim não só as fórmulas que as senhoras estavam acostumadas a escutar, e que certamente esperavam das trabalhadoras com as quais entravam em contato, mas também sua própria compreensão em torno à sua vida e trabalho.

Mas, uma vez apresentada sua solicitação, teve que tomar consciência que talvez isso não fosse suficiente para ganhar alguns dos dois prêmios a que aspirava. Faltavam poucos dias para que as senhoras dessem por encerrado o prazo de entrega das solicitações. No entanto, Zenona teve que parar e pensar a quem pediria outras cartas de referência.

À vista de como ficou montada sua apresentação final, parece que para ela não se tratava de tocar à porta de alguma casa abastada ou esperar algum morador ilustre à saída da Igreja para pedir a carta de referência. Esta era também uma prática comum entre as postulantes aos prêmios, quando não tinham muitos conhecidos. Mas muitos destes escritos eram lacônicos. Em 1858, o padre da paróquia de San Nicolás só pôde dizer, quando Juana Torres solicitou uma carta para se postular aos prêmios, que “era uma senhora pobre que vive nesta paróquia”.<sup>32</sup> E a esposa de um médico, quando Josefa Ortiz pediu uma carta, só pôde resenhar que era uma “pessoa pobre, enferma e moral, muito merecedora de ser socorrida pelas pessoas caridosas”.<sup>33</sup> Tampouco era uma situação excepcional, em que se avaliaria mais o certificado feito por um membro conhecido da comunidade que a condição da postulante, tal como aconteceu com Francisca Bernal em 1860, quando o juiz de paz da

---

<sup>31</sup> JENNING, Zenona, “Nota a la Señora Presidenta de la Sociedad de Beneficencia”, 24 de abril de 1861, AGN, Entrepiso, SB, *Premios a la Virtud*, Legajo 10, F: 294.

<sup>32</sup> Figueroa, J, Cura de San Nicolás, 6 de abril de 1858, AGN, Entrepiso, SB, *Premios a la Virtud*, Legajo 10, F: 179.

<sup>33</sup> MONTES DE OCA, Carmen, sem data, AGN, Entrepiso, SB, *Premios a la Virtud*, Legajo 10, F:203.

paróquia de San Telmo, que afirmou em sua carta que o padre tinha conhecimento sobre aquela mulher.<sup>34</sup>

Apesar de que estes escritos pudessem ser de pouca utilidade para as senhoras, já que contribuía com poucos dados sobre as aspirantes, e menos ainda argumentos que fizessem notar suas virtudes, para aquelas que aspiravam aos prêmios era preferível contar com eles do que se apresentar sem nenhuma ou com poucas cartas de referência. Por outro lado, naquela Buenos Aires, poucos rechaçavam a possibilidade de ajudar dessa maneira as trabalhadoras que o pediam. Talvez os moradores associassem esta prática a outra de mais longa data, a atenção aos mendigos e mendigas que percorriam a pé ou a cavalo diferentes casas da cidade semanalmente, pedindo um prato de comida, uns centavos ou roupa usada, e que eles mesmos recebiam na entrada ou no pátio de suas residências, entendendo que isto era um ato de caridade. As mulheres que aspiravam a ser selecionadas ativavam esta tradição que trazia ao cenário velhas noções de dependência. Entendiam que talvez a assinatura de alguém prestigioso pudesse chegar a ser um passaporte para os prêmios, ou pelo menos uma possibilidade para que as senhoras da Comissão considerassem ir a seus domicílios para conhecê-las pessoalmente e registrar como viviam. Por isso, quando chegava o momento da apresentação das postulações aos prêmios, muitas não hesitavam em fazer o possível para ter seus certificados, chegando com frequência às próprias senhoras da Sociedade para que intercedessem por elas frente à Sociedade, como foi o caso de Justina.

No entanto, as apelações das aspirantes aos moradores notáveis e às mulheres da beneficência oficial para que apoiassem suas candidaturas, mandassem uma nota ou intercedessem por elas, além de reativar antigas hierarquias sociais, destacavam como as trabalhadoras dimensionavam-nas a seu favor. Em 1860, Juana Repeto, uma jovem que aspirava ao prêmio da Moral foi um bom exemplo disto. Sem possibilidades de conseguir nada mais que uma nota que certificava seu domicílio,<sup>35</sup> foi falar diretamente com umas das sócias da beneficência oficial, a quem contou sua vida, e pediu ajuda com as cartas. A sócia escreveu uma carta com a qual Juana percorreu distintos lugares da cidade, e em poucos dias sumou várias cartas de referência, inclusive do próprio Arcebispo de Buenos Aires. Ela terminou conseguindo articular uma nova rede a seu favor, que lhe permitiu reunir mais

---

<sup>34</sup> Vidal Graciano, Juiz de Paz da Paróquia de San Telmo, 28 de abril de 1860, AGN, Entrepiso, SB, *Premios a la Virtud*, Legajo 10, F: 273.

<sup>35</sup> Referência a Juana Repeto, AGN, Entrepiso, SB, *Premios a la Virtud*, Legajo 10, F: 243.

assinaturas para sua candidatura, já que à notinha original da sócia foram se somando outras, que rezavam que “a portadora é Repeto, falou comigo [...], ela solicita o prêmio à moral, e eu a recomendo”.<sup>36</sup> Finalmente, a jovem montou sua apresentação com uma dezena de pessoas, e além disso, como não sabia escrever, foi a própria sócia que entregou a primeira nota que redigiu em seu nome.

Mas colocar-se sob a proteção de uma das senhoras ou de algum morador importante da cidade não significava necessariamente a formalização de uma relação que obrigasse as trabalhadoras a manter o contato ou outro tipo de obrigação com seus “protetores”, tal como ocorria em certas associações filantrópicas católicas que ajudavam as famílias pobres. Em alguns casos, certas postulantes recebiam um prêmio menor, que no ano em que Juana Repeto se apresentou foi de 400 pesos para as 20 primeiras selecionadas e 200 pesos para as 40 seguintes. No entanto, isso não as obrigava a manter um contato com as sócias, salvo quando buscavam, como Justina Nieves, obter uma pensão ou outro tipo de ajuda. Em 1865, Dolores Galeano, por exemplo, decidiu mandar uma nota a uma das sócias que anos antes afiançara sua apresentação para um dos prêmios. Na nota contava que vivia num povoado havia anos, pedindo desculpas por não ter tido a sorte de ir à sua casa, antes de partir, para cumprimentar e para “agradecer a esmola obtida”<sup>37</sup>, uma vez que não havia sido selecionada para nenhum dos quatro prêmios. Mas a nota não tinha o objetivo de dar uma desculpa inoportuna, e sim de solicitar à senhora que apresentasse sua postulação por ela e que a avisasse por carta caso fosse favorecida por algum prêmio ou outra ajuda. A atitude de Dolores deu resultado, porque a senhora da beneficência sentiu-se comprometida com ela a ponto de voltar a apresentar sua solicitação. Seu caso evidenciava até que ponto os dois grupos de mulheres estavam presos numa complexa e nada óbvia rede de expectativas recíprocas.

Zenona poderia ter feito como as outras aspirantes e comparecer ao mesmo Colégio de Órfãos onde as senhoras se reuniam regularmente, ou ir até a casa de algumas delas. No entanto, tomou outro caminho. Falou com o padre de sua paróquia, de Monserrat, a quem conhecia desde que vivia no bairro, e pediu sua recomendação. Depois, visitou quatro famílias “decentes” que conhecia da época em que seu pai tinha a pequena oficina e ela

---

<sup>36</sup> CAZÓN, María, “Nota a Mariquita”, sem data, AGN, Entrepiso, SB, *Premios a la Virtud*, Legajo 10, F: 244.

<sup>37</sup> GALEANO, Dolores, “Nota a María Cazón”, março 1865, AGN, Entrepiso, SB, *Premios a la Virtud*, Legajo 10, F: 360.

dava aulas, explicando que já tinha apresentada a solicitação para o prêmio ao Amor Filial ou ao da Indústria, e também pediu suas recomendações. Em poucos dias as cartas estavam prontas, contendo dados precisos sobre sua vida e diversos argumentos a seu favor.

A costureira que caminhou desde o centro da cidade até o seu extremo sul para solicitar uma referência que considerou significativa para dar conta de quem era ela e quem havia sido sua família, e que em poucos dias repetiu o périplo com sete pessoas mais, não foi um caso excepcional de planificação e gestão. Tal como ela, que finalmente terminou premiada, outras também o fizeram, de diferentes modos e com diferentes recursos, construindo com suas postulações adesões e solidariedades, e articulando fórmulas ritualizadas em relação às suas protetoras, conscientes de que eram elas que decidiriam sobre os auxílios e os prêmios. No entanto, as ações dessas trabalhadoras não ficaram aí, mas ao se apresentar reiteradamente aos prêmios, ao evidenciar certos aspectos de suas vidas, de suas famílias, de suas condições de trabalho e por que entendiam que eram merecedoras dos benefícios, foram resignificando seus contornos e as supostas virtudes que eles exemplificavam.

Assim, para muitas mulheres, os prêmios poderiam ser entendidos como um benefício por sua abnegação ao ter a seu cargo as suas mães, irmãs ou filhos e também por ter atravessado situações e experiências nas quais viram sacrificados seu bem-estar e seu sustento diário. Deste modo o expressava Mercedes Escobar, ao se anunciar como “viúva do capitão Meana que morreu na batalha de Pavón, nas filas do presidente e tendo ficado com quatro filhos menores e doentes, tive que trabalhar com minhas mãos”.<sup>38</sup>

Trabalhadoras como Mercedes entendiam que tinham dado algo primordial à nação, em seu caso, o principal sustento de suas famílias no conflito mais definidor de todos o que ocorreram naqueles anos, porque a partir dele, e com a derrota de Buenos Aires, a Argentina terminou se unificando finalmente sob um poder republicano central.

Tomasa Morales também achava que seu presente de pobreza e necessidade estava vinculado à sua contribuição para a nação, quando assegurava:

“Meu esposo, senhora, justamente apelidado de “o amigo da juventude”, faleceu deixando-me na indigência, depois de ter dirigido por quarenta anos um

---

<sup>38</sup> ESCOBAR, Mercedes, “Nota a la Señora Presidenta de la Sociedad de Beneficencia”, 3 de abril de 1865, AGN, Entrepiso, SB, *Premios a la Virtud*, Legajo 10, F:368.

estabelecimento de educação pública [...]. A educação dos primeiros homens que hoje servem com sua inteligência à pátria e que impulsionam a senda do progresso foi dirigida desde seus primeiros passos pelo “amigo da juventude”.<sup>39</sup>

Morales não havia recebido uma pensão, apesar dos anos em que seu marido esteve empregado na província, pois seu cargo não era ministerial nem de alta categoria. No entanto, essa mulher expressava sem meias palavras que sua contribuição “desinteressada” tornara possível a formação nas primeiras letras daqueles que tinham as rédeas do país. Neste sentido, se a nação percorria um caminho para o “progresso” era justamente graças a homens como seu marido, que além de ter dedicado toda uma vida ao ensino não havia buscado lucrar ou enriquecer.

Nas apresentações das postulantes, não faltaram as caracterizações de suas vidas com base em sacrifícios, abnegação, laboriosidade e contribuições para “a pátria”, assim como a associação entre elas e um presente marcado pela pobreza. Também não foi excepcional que as trabalhadoras expressassem que os prêmios eram uma mostra de “coração caridoso”<sup>40</sup> que movia as senhoras da beneficência, igualmente assumiam que estavam habilitadas para recebê-los por sua condição de pobres ou indigentes. Deste modo, para essas mulheres, trabalho e pobreza não eram excludentes, mas andavam juntos, e se relacionavam mais com o complexo mundo do trabalho e seus conflitos que com as esmolas ou a filantropia.

### A MODO DE CONCLUSÃO

No dia 26 de maio de 1865, a viúva Carmen Canavesi, uma costureira que mantinha seus dois filhos e a mãe recebeu o prêmio do amor filial, foi apresentada no teatro mais importante da cidade como aquela a quem “sua mãe e seus filhos devem o pão que diariamente os alimenta”.<sup>41</sup> Cinco anos depois, em outra cerimônia, outra Carmen, de

---

<sup>39</sup> MORALES, Tomasa, Nota a la Señora Presidenta, 21 de abril de 1865, en AGN, Entrepiso, SB, Premios a la Virtud, Legajo 10, F:371.

<sup>40</sup> ZABALA, Florentina, “Nota a la Señora Presidenta de la Sociedad de Beneficencia”, 12 de abril de 1858, AGN, Entrepiso, SB, *Premios a la Virtud*, Legajo 10, F: 114.

<sup>41</sup> Prêmio ao Amor Filial, 26 de maio de 1865, AGN, Entrepiso, SB, *Premios a la Virtud*, Tomo I, F: 120.



sobrenome Ledesma, também recebeu o mesmo prêmio, e sua história, embora diferente da primeira, foi anunciada de maneira similar.<sup>42</sup>

Ao longo dos anos que compreende este artigo, as trabalhadoras como Carmen Carnavesi e Carmen Ledesma, premiadas por suas virtudes, foram apresentadas publicamente pelas senhoras da beneficência como exemplos de laboriosidade, honestidade, sacrifício e solidariedade. Tais atributos transformavam-nas em modelos e no contraponto daquelas outras mulheres, as condenadas, que segundo as mesmas senhoras, não serviam para o trabalho e o desprezavam.

No entanto, para além dos momentos das cerimônias públicas em que as relações entre umas e outras apareciam plenas de harmonia e de entendimento mútuo, seus posicionamentos e os vínculos criados em torno deles foram muito mais complexos e dinâmicos do que deixava entrever o momento de celebrar as “virtudes” femininas. Assim, para as mulheres da elite, o contato diário com as trabalhadoras, suas solicitações e demandas exigiram reconhecer que trabalho e pobreza feminina formavam uma intrincada associação, impulsionando assim não só as reformulações sobre os termos de sua tutela, mas também quais deveriam ser suas intervenções sobre as trabalhadoras. Para as trabalhadoras, relacionar-se com aquelas ricas e poderosas mulheres também teve suas exigências. Em parte, tiveram que incorporar uma espécie de catecismo virtuoso sobre suas vidas, suas qualidades de trabalho e as virtudes que entendiam que eram ponderadas pelas senhoras. Por outro lado, tiveram que negociar com padres, juizes de paz, moradores ilustres, reativando antigas noções de hierarquias e tomar a suficiente distância para que aquelas não limitassem sua autonomia.

Se assumíssemos uma perspectiva centrada no controle social e no disciplinamento dos pobres, as relações entre ambos setores ficam como o resultado de operações construídas conscientemente e de cima para baixo. O olhar proposto neste trabalho, pelo contrário, pondera estas relações como o fruto de experiências diversas de classe e de gênero que, sem ignorar as desigualdades de poder, pretende abarcar a complexidade destes vínculos, e como estes implicaram negociações, expectativas e tensões que foram cristalizadas num cenário concreto e em práticas heterogêneas que impactaram e definiram de formas diferentes a vida de umas e outras.

---

<sup>42</sup> Premios a la Virtud, 26 de maio de 1870, AGN, Entrepiso, SB, *Premios a la Virtud*, Tomo I, F: 130.